

Capítulo 2

Imaginação e Memória

Como vimos no capítulo 1, a mente, no modelo humeano, é composta por percepções, que são as impressões dos sentidos ou de reflexão e as idéias. Estas podem ser classificadas como idéias de memória ou idéias de imaginação. Hume, inicialmente, nos apresenta as idéias de memória como aquelas referentes a eventos ou impressões passados na forma e ordem em que ocorreram, e as idéias de imaginação como aquelas formadas por associações mais ou menos livres de idéias e impressões passadas. Esse seria o primeiro critério de distinção entre os dois tipos de idéias. Além disso, Hume apresenta uma segunda forma de distinção, baseada no critério da força e vividez. As idéias de memória apresentariam, a princípio, maior força e vividez do que as idéias de imaginação.

Esses dois critérios funcionam bem quando comparamos uma idéia de memória nítida com uma idéia de imaginação totalmente fantasiosa; porém, quando observamos as várias idéias presentes na mente, percebemos que esses critérios apresentam problemas para justificar por que consideramos certas idéias como sendo de memória e outras como sendo de imaginação.

Neste capítulo iremos discutir o funcionamento e os limites desses critérios e por que é importante essa distinção para Hume no seu modelo de explicação da formação de crença. Apresentaremos ainda uma proposta de variação do critério de força e vividez com o objetivo de esclarecer um pouco mais a diferença entre esses tipos de idéias considerando não apenas os casos extremos, mas alguns tipos intermediários.

1 - Importância da distinção entre imaginação e memória

Por que a distinção das idéias da mente entre idéias de memória e idéias de imaginação é importante para a formação de crença no modelo humeano? Como ficaria a formação de crenças se todas as idéias se apresentassem da mesma forma com relação a esses critérios de distinção?

A faculdade da memória é o que nos permite saber quando estamos tendo uma impressão pela primeira vez e quando estamos vivenciando a repetição da impressão ou de outra que se relacione com ela por semelhança ou de alguma outra forma. Discutiremos nesta e nas próximas seções como a mente reconhece essa idéia como

sendo de memória e se esse reconhecimento pode ser explicado a partir dos critérios apresentados.

O reconhecimento de uma idéia como sendo da memória nos permite perceber a repetição de impressões que se apresentam conjuntamente (como a fumaça e o fogo) e a partir dessa repetição induzimos uma relação causal entre estas impressões. Por exemplo, se pela primeira vez na vida uma pessoa toma sorvete e logo depois sente dor de dente, ela pode não relacionar uma coisa com a outra. Se, em outro dia, ela novamente sentir dor de dente logo que tomar sorvete e tiver na sua mente a idéia da primeira ocorrência dos eventos *sorvete e dor de dente*, conjuntamente, e reconhecer essa idéia como correspondente a uma impressão já sentida, ela vai perceber a repetição dessa conjunção. Quanto maior a regularidade de uma conjunção, maior será a *sensação* de que tal conjunção já ocorreu várias vezes antes, maior será a força do hábito e, conseqüentemente, também a crença de que no futuro aquela conjunção ocorrerá novamente (T I. III. XII, p. 134).

A sensação que temos quando temos uma idéia de memória é diferente de quando criamos uma idéia de imaginação no sentido de pura ficção ou fantasia. Se não fosse, ou seja, se as idéias se apresentassem da mesma forma, sem que pudéssemos distinguir se aquela impressão correspondente está ocorrendo pela primeira vez ou se já ocorreu várias vezes (o que é dado pela memória), seria impossível que surgisse um hábito a partir da regularidade, ou da repetição, das conjunções entre dois eventos ou relações entre esses eventos. Nesse caso, teríamos que desenvolver uma maneira totalmente diferente de formar crença a partir das nossas experiências.¹ Daí a necessidade de sermos capazes de distinguir uma idéia de memória das demais idéias.

Ainda, se, mesmo percebendo a repetição dos eventos ocorrendo conjuntamente, a mente não tivesse a capacidade de fazer uma associação natural entre os eventos, de nos levar da experiência à relação entre essas experiências, o processo de crença não seria possível, a não ser por um padrão totalmente diferente e inimaginável para nós. E é a faculdade da imaginação, no seu sentido restrito, de funcionamento regular, que nos dá essa capacidade.

¹ Uma ilustração interessante de como formaríamos as nossas crenças se não fosse possível associar uma idéia ou sensação presente a uma outra idéia à qual atribuímos o sentido de “passado”, ou seja, se perdéssemos a capacidade de perceber a repetição de um evento, é apresentada no filme “Amnésia” (“Memento”, 2001, direção de Christopher Nolan). O protagonista perde a capacidade de manter na memória os acontecimentos recentes e, conseqüentemente, cada vez que ele passa por uma situação ou conhece uma pessoa é como se fosse sempre a primeira vez. Isso o leva a situações bizarras e o força a criar recursos para simular a memória, como anotações e fotos, mas que não são capazes de exercer apropriadamente o papel da memória.

Portanto, a distinção entre memória e imaginação tem seu papel no modelo humeano de mente e de formação de crença porque ele se baseia na experiência sensível e no raciocínio indutivo, partindo das experiências particulares para as inferências. Nesse modelo, a regularidade e a repetição das experiências são percebidas por nós pela formação de idéias de memória, e a característica básica natural de extrapolar os limites da experiência sensível formando inferências é uma propriedade fundamental da imaginação.

2 - Distinção entre Imaginação e Memória

Quando tratamos da distinção entre memória e imaginação devemos nos lembrar dos sentidos do termo “*imaginação*” para Hume. As idéias associadas segundo os princípios estáveis e regulares dessa faculdade da mente geram inferências causais e crença sobre a natureza. Neste sentido, a imaginação pode ser confrontada com um dos sentidos de razão, conforme trataremos no Capítulo 3. A imaginação no outro sentido é aquela faculdade que faz associações mais livres, ou segundo princípios evitáveis e não regulares. E ainda há o sentido mais amplo de imaginação, que é o de uma faculdade pela qual formamos idéias através de associações, em geral. Vamos iniciar a nossa discussão considerando as idéias de imaginação no sentido amplo, analisando em que situações estas se distinguem e se confundem com as idéias de memória.

Apesar de normalmente esses dois tipos de idéias – de memória e de imaginação – aparecerem claramente distintas para nós, a dificuldade surge no momento de explicar essa distinção. Essa dificuldade pode se traduzir nas seguintes questões: como sabemos que estamos nos lembrando de algo e não que estamos achando que nos lembramos de algo ou que estamos apenas imaginando uma idéia, já que os conteúdos das idéias de memória podem ser os mesmos que os das idéias de imaginação?

Além de explicar *como* sabemos distinguir essas idéias, temos ainda a dificuldade dos casos em que não conseguimos fazer apropriadamente essa distinção, o que nem sempre é percebido pela mente. O próprio Hume reconhece que, muitas vezes, a nossa lembrança de um acontecimento se torna tão fraca, que se mistura com a imaginação e não sabemos distinguir se aquela idéia na mente é lembrança ou é imaginação (T I. III. V, p. 86). Outras vezes, idéias de imaginação podem se tornar fortes o suficiente para nos levar a pensar que são idéias de memória (T I. III. V, p. 86). A memória, quando funciona normalmente, deve preservar, não apenas as idéias isoladamente, mas também a ordem e a relação das impressões originais. Quando a ordem é adulterada, o erro pode

ser percebido, porém há casos de falha ou defeito da memória em que esse erro não é percebido (T I. I. III, p. 9). Nesses casos, forma-se o que vamos chamar de uma *falsa memória*.²

Então, os problemas relacionados a essa distinção são que critérios usamos para distinguir entre idéias de memória e idéias de imaginação (ou falsas memórias), e qual o papel desses critérios nos casos em que a mente falha nessa distinção. A partir daí, vamos verificar se realmente podemos defender que é possível distinguir memória e imaginação no modelo de Hume.

Vamos apresentar a seguir os critérios de distinção e discutir cada um deles.

2. 1 - Critérios de distinção

Vamos rever os dois critérios básicos para distinguir idéias de memória e idéias de imaginação, apresentados por Hume. Logo nas primeiras páginas do *Tratado*, Hume apresenta as diferenças entre esses dois tipos de idéias como algo bastante evidente, o que depois será questionado e considerado não tão simples assim:

We find by experience, that when any impression has been present with the mind, it again makes its appearance there as an idea; and this it may do after two different ways: either when in its new appearance it retains a considerable degree of its first vivacity, and is somewhat intermediate betwixt an impression and an idea; or when it entirely loses that vivacity, and is a perfect idea. That faculty, by which we repeat our impressions in the first manner, is called the MEMORY, and the other the IMAGINATION. 'Tis evident at first sight, that the ideas of the memory are much more lively and strong than those of the imagination, and that the former faculty paints its objects in more distinct colours, than any which are emply'd by the later (T I. I. III, p. 9 – grifo meu)³.

There is another difference betwixt these two kinds of ideas, which is no less evident (...) the imagination is not restrain'd to the same order and form with the original

² Um caso de falsa memória interessante é o chamando *déjà vu*, termo em francês que significa *já visto*. É a impressão de já ter visto ou encontrado uma pessoa, já ter visitado determinado lugar ou vivido determinada situação, os quais, de fato a pessoa jamais vira, estivera antes ou vivera. Segundo pesquisas da psicologia, é comum que as pessoas tenham essa sensação em algum momento da vida, mas há casos crônicos (ver referência bibliográfica). Essas pesquisas reforçam a teoria humeana que o que distingue idéias de memória e de imaginação não é o conteúdo das mesmas, mas a sensação, o sentimento, o *feeling* que as acompanha. E também de que nem sempre a memória funciona apropriadamente. Por um lado podemos esquecer impressões passadas, por outro, podemos criar falsas memórias.

³ “Pela experiência vemos que, quando uma determinada impressão esteve presente na mente, ela ali reaparece sob a forma de uma idéia, o que pode se dar de duas maneiras diferentes: ou ela retém, em sua nova aparição, um grau considerável de sua vividez original, constituindo-se em uma espécie de intermediário entre uma impressão e uma idéia; ou perde inteiramente aquela vividez, tornando-se uma perfeita idéia. A faculdade pela qual repetimos nossas impressões da primeira maneira se chama MEMÓRIA, e a outra, IMAGINAÇÃO. É evidente, mesmo à primeira vista, que as idéias da memória são muito mais vivas e fortes que as da imaginação, e que a primeira pinta seus objetos em cores mais distintas que todas as que possam ser usadas pela última.”(TP I. I. III, § 1 – maiúsculas do autor)

impressions; while the memory is in a manner ty'd down in that respect, without any power of variation (*idem*)⁴.

O primeiro critério, então, é baseado na força e vividez das idéias, e o segundo no grau de restrição à ordem e forma das impressões originais. Vamos analisar inicialmente o segundo critério, que se refere ao grau de restrição a que a mente é submetida, e, logo a seguir, o critério da força e vividez.

2.1.1 – Critério de liberdade de associação

Segundo esse critério, a memória seria mais limitada, não teria poder de variação e as suas idéias surgiriam na mente sem que a mesma pudesse optar por esta ou aquela imagem, seria um processo involuntário, determinado pela impressão passada da qual se lembra e da capacidade de lembrar com mais ou menos detalhes (T I. I. III, p. 9-10 e T I. III. V, p. 85). Já a imaginação não sofreria da mesma forma essa restrição. Ela teria certo grau de liberdade para separar, transpor, reagrupar, extrapolar e associar idéias, formando outras não diretamente derivadas de uma experiência sensível (*idem*). Porém, como avaliamos se uma idéia complexa presente na mente foi formada segundo algum grau de liberdade de associação? Devemos dizer a partir do trecho acima que, se a mente é capaz de conceber uma idéia diferente da impressão (ou das impressões) que deu (ou deram) origem a ela, esta é uma idéia de imaginação. Por outro lado, se a mente, ao conceber uma idéia, encontra-se restringida pela forma e ordem da impressão original, esta seria uma idéia de memória. Seria necessário, nesse caso, termos a impressão original como base de comparação para saber se uma idéia está se formando com liberdade de associação ou não. Como é impossível repetir uma experiência passada e suas impressões, enquanto impressões originais, para compararmos com a idéia na mente e sabermos se está restringida a elas ou não, esse critério parece inviável.

Hume reconhece essa dificuldade e parece abandonar esse segundo critério:

it being impossible to recal the past impressions, in order to compare them with our present ideas, and see whether their arrangement be exactly similar. (...) it follows, that the difference betwixt it and the imagination lies in its superior force and vivacity (T I. III. V., p. 85)⁵

⁴ “Há uma outra diferença, não menos evidente, entre esses dois tipos de idéias. (...) a imaginação não se restringe à mesma ordem e forma das impressões originais, ao passo que a memória está de certa maneira amarrada quanta a esse aspecto, sem nenhum poder de variação.” (TP I. I. III, § 2)

⁵ “Pois é impossível recordar impressões passadas a fim de compará-las com nossas idéias presentes, e dessa forma ver se sua ordenação é exatamente igual.(...) segue-se que a diferença entre ela e a imaginação está em sua força e vividez superior” (TP I. III. V, § 3)

Alguns autores apresentam interpretações diferentes sobre esse critério, considerando se ele é necessário ou não para distinguir as idéias de memória.

Johnson⁶ propõe uma abordagem desse critério que requer que abandonemos a nossa concepção ordinária de memória. Essa concepção diz que a memória deve estar de tal forma ligada ao passado que uma idéia, para ser considerada memória autêntica, deve ser cópia de um evento passado que realmente ocorreu. Ele chama uma idéia baseada nesse critério de “*past memory*” e uma idéia que atende ao critério da força e vividez de “*lively memory*”, que poderíamos traduzir por memória do passado e memória vívida, respectivamente.

A proposta de Johnson é que abandonemos a necessidade de correspondência entre o que aconteceu no passado e nossas idéias de memória. Isso porque não existem idéias *passadas* de memória, apenas idéias *presentes* de memória, e essa idéia presente de memória é o mesmo que a memória vívida, ou seja, retornamos ao critério de força e vividez. Porém, mesmo assim, Johnson preserva um papel para o passado na teoria da memória de Hume. Para ele o passado não é mais do que aquilo que nós acreditamos que aconteceu em algum momento do passado. Uma idéia de memória não existe no passado, mas apenas no presente, na nossa mente. As idéias de memória são, portanto, um tipo de crença, ou seja, quando alguém tem uma idéia de memória, vívida, essa pessoa acredita que está se lembrando de um evento ocorrido no passado, ou seja, que aquela idéia corresponde a uma impressão passada, e sente uma restrição na mente que não permite uma associação livre como em uma idéia de imaginação.

Johnson contribui para o esclarecimento do problema da distinção entre memória e imaginação no modelo de Hume, pois, ao abandonar a nossa concepção ordinária de memória, ele oferece uma solução humeana para alguns problemas relacionados à distinção que estamos discutindo. Porém, submete a idéia de uma memória do passado (*past memory*) ao critério de força e vividez, ou seja, o segundo critério passa a depender do primeiro. Vejamos alguns exemplos desses problemas e a alternativa de solução segundo essa concepção de Johnson:

Um dos casos levantados por Hume é o do mentiroso que acredita nas próprias mentiras, ou seja, suas idéias “de imaginação” são fortes e vívidas o suficiente para serem confundidas com idéias de memória:

⁶ JOHNSON, Oliver. “‘Lively’ Memory and ‘Past’ Memory”, *Hume Studies*, Vol. XIII, Nº2, Nov/87, p. 343-359.

an idea of the imagination may acquire such a force and vivacity, as to pass for an idea of the memory, and counterfeit its effects on the belief and judgment. This is noted in the case of liars; who by the frequent repetition of their lies, come at last to believe and remember them, as realities; (T I. III. V, p. 86)⁷

Nesse caso, Johnson afirma que a idéia do mentiroso é realmente uma idéia de memória e não apenas uma idéia de imaginação que simula uma de memória, pois uma idéia de memória não precisa necessariamente ter correspondência com uma realidade passada, basta ser acompanhada pelo sentimento de que ela corresponde a uma impressão passada. E isso leva a uma menor liberdade de associação das idéias. Aparentemente, essa não é a solução que Hume dá para o caso do mentiroso ou das falsas memórias. De fato, Hume não dá uma solução, apenas aponta para o problema de que os critérios propostos inicialmente não esclarecem plenamente todos os casos, por exemplo, este. Porém, ao abandonar o segundo critério e ficar apenas com o critério da força e vividez, seria natural chegar a essa conclusão sobre as falsas memórias, de que elas são crenças de que uma idéia corresponde a uma impressão passada. Isso porque, com relação a esse critério aplicado à idéia na mente, não há diferença entre uma “*memória legítima*” e uma “*falsa memória*” (que seria o caso da idéia do mentiroso).

Outro caso acontece quando temos uma idéia sobre um acontecimento ao qual atribuímos uma crença de que aconteceu no passado, e logo depois temos uma idéia diferente do mesmo acontecimento. Pelo conceito ordinário de memória, apenas uma dessas idéias poderia ser *memória autêntica*, enquanto a outra seria uma idéia de imaginação ou poderíamos dizer que é uma *falsa memória*. Porém, no momento em que temos cada uma dessas idéias, ambas atendem aos critérios que identificam uma idéia de memória: temos o *sentimento* de restrição a uma impressão passada e o *sentimento* de força e vividez. Segundo Johnson, se abandonarmos o conceito ordinário de memória, cada uma delas pode ser considerada uma idéia de memória, em momentos diferentes.

Essa concepção proposta por Johnson, a meu ver, é compatível com as idéias de Hume no Livro I do *Tratado*. Somente temos, segundo Hume, acesso às nossas impressões presentes e idéias; e, portanto, só podemos investigar por que cremos que certas idéias reproduzem impressões *passadas* a partir da forma como a mente funciona no presente, ou melhor, a partir de nossas idéias.

⁷ “uma idéia de imaginação pode adquirir tal força e vividez que chega a passar por uma idéia da memória, simulando seus efeitos sobre a crença e o juízo. Isso pode ser notado no caso dos mentirosos, que, pela freqüente repetição de suas mentiras, acabam finalmente por acreditar nelas, e lembram-se mesmo delas como realidades.” (TP I. III, VI, § 6)

Segundo essa interpretação de Johnson sobre a crença no passado, ou de que as idéias de memória são um tipo de crença, poderíamos entender que os dois critérios são “fundidos” no primeiro. Para justificar o critério da liberdade de associação que a mente experimenta ao conceber uma idéia, precisamos nos referir a uma impressão passada, e isso só pode ser feito pela *crença* de que aquela idéia se refere a uma impressão passada. E já que crença é, na teoria de Hume, força e vividez, isso significa que recorreremos a esse critério para explicar o critério da liberdade da associação.

E essa parece ser a conclusão de Hume na seção “*Das impressões dos sentidos e da memória*”⁸, em que, após discorrer sobre as diferenças entre memória e imaginação e como estas podem se confundir uma com a outra, ele deduz que a distinção se reduz à força e vividez:

Thus it appears, that the *belief* or *assent*, which always attends the memory and senses, is nothing but the vivacity of those perceptions they present; and that this alone distinguishes them from the imagination. To believe is in this case to feel an immediate impression of the senses, or a repetition of that impression in the memory. 'Tis merely the force and liveliness of the perception, which constitutes the first act of the judgment (...) (T I. III. V, p. 86 – grifo do autor)⁹

Já Daniel Flage¹⁰, ao contrário de Johnson, defende ser imprescindível manter o conceito de memória como uma idéia que necessariamente se refere a um passado para manter a teoria de Hume coerente.

Para ele, os dois critérios¹¹ são necessários e devem estar presentes em conjunto para identificarmos uma idéia como sendo de memória. Entretanto, mesmo que esses critérios sejam suficientes para que identifiquemos algumas idéias com tais, isso não garante que uma idéia particular realmente corresponda a uma impressão passada. Ele admite que, na prática, usa-se o critério de força e vividez para distinguir entre idéias de memória e de imaginação, mas afirma que esse critério não nos diz como nós somos

⁸ *Tratado*, Livro I, Parte III, seção V.

⁹ “Vemos, assim, que a *crença* ou *assentimento* que sempre acompanha a memória e os sentidos não consiste senão na vividez das percepções que ambos apresentam, e que somente isso os distingue da imaginação. Crer, nesse caso, é sentir uma impressão imediata dos sentidos, ou uma repetição dessa impressão na memória. É simplesmente a força e vividez da percepção que constituem o primeiro ato do juízo (...)” (TP I. III. VI, §7)

¹⁰ FLAGE, Daniel E. “Remembering the past”, *Hume Studies*, Vol. XV, Nº1, Abr/89, p.236-246; “On Friedman’s Look”, *Hume Studies*, Vol. XIX, Nº1, Abr/93, p.187-197; “Hume on Memory and Causation”, *Hume Studies*, edição especial: 10th Anniversary Ed., 1985, p.168-188 e “Perchance to Dream: A Reply to Traiger”, *Hume Studies*, Vol. XI, Nº2, Nov/85, p.173-182.

¹¹ Flage denomina o critério da liberdade de associação de “critério formal” em contraposição ao “critério fenomênico”, que é o da força e vividez.

capazes de dizer *com certeza* que uma idéia representa uma impressão passada no momento em que estamos tendo essa idéia. Mesmo que usássemos esse critério para a distinção entre tipos de idéia considerando-as estados psicológicos, o mesmo não seria suficiente, pois às vezes uma idéia de memória se torna fraca e o sentimento que a acompanha nos deixa confusos.

A meu ver, a interpretação de Flage falha ao considerar que Hume propõe uma distinção perfeita entre memória e imaginação e ainda por defender a necessidade de certeza sobre uma idéia de memória. Essa não parece ser a pretensão de Hume, já que ele admite que várias vezes um tipo de idéia se mistura com o outro, pelos critérios propostos. Podemos verificar isso através dos trechos abaixo, o primeiro deles já citado em parte no exemplo do mentiroso, mas repetido aqui de maneira completa para mostrar sua concepção de uma distinção não absoluta entre memória e imaginação e a incerteza quanto à memória:

And as an idea of the memory, by losing its force and vivacity, may degenerate to such a degree, as to be taken for an idea of the imagination; so on the other hand an idea of the imagination may acquire such a force and vivacity, as to pass for an idea of the memory and counterfeit its effects on the belief and judgment (T I. III. V, p. 86).¹²

The more recent this memory is, the clearer is the idea; and when after a long interval he would return to the contemplation of his object, he always find its idea to be much decay'd, if not wholly obliterated. We are frequently in doubt concerning the ideas of the memory, as they become very weak and feeble; and are at a loss to determine whether any image proceeds from the fancy or the memory, when it is not drawn in such lively colours as distinguish that latter faculty. I think, *I remember such an event, says one; but am not sure*. A long tract of time has almost worn it out of my memory, and leaves me uncertain whether or not it be the pure offspring of my fancy (T I. III. V, p. 85- 86 – grifo meu).¹³

Além disso, se preservarmos a concepção ordinária de idéias da memória, como algo que necessariamente corresponde a uma impressão passada, ainda assim não

¹² “E assim como uma idéia da memória, ao perder sua força e vividez, pode degenerar a ponto de ser tomada por uma idéia da imaginação, assim também, em contrapartida, uma idéia da imaginação pode adquirir tal força e vividez que chega a passar por uma idéia da memória, simulando seus efeitos sobre a crença e o juízo.”(TP I. III. VI, § 6)

¹³ “Quanto mais recente essa memória, mais clara a idéia; e quando, após um longo intervalo, ele voltasse a contemplar seu objeto, sempre acharia a idéia deste bastante enfraquecida, senão apagada por completo. Frequentemente, quando as idéias da memória se tornam muito fracas e pálidas, ficamos indecisos a seu respeito; e não sabemos como determinar se uma imagem procede da fantasia ou da memória, quando não está pintada com as cores vivas que distinguem esta última faculdade. Acho que me lembro de tal acontecimento, diz alguém, mas não tenho certeza. Um longo intervalo de tempo quase o apagou de minha memória, e não sei dizer se é ou não um mero produto de minha fantasia.” (TP I. III. VI, § 5)

teremos essa certeza sobre elas, porque não temos acesso aos fatos passados, apenas às nossas idéias de memória.

Por outro lado, a meu ver, Flage tem razão em dizer que não basta o critério fenomênico (da força e vividez), pois em alguns casos podemos ter uma idéia que não atende ao critério de força e vividez e ainda assim considerá-la como memória (por exemplo, a lembrança de um sonho) ou ter uma idéia forte e vívida e saber que é de imaginação.

Então, a crença que temos com relação à memória, em certos casos, é distinta da força e vividez que acompanha a idéia? Penso que nesse ponto podemos retomar a necessidade do segundo critério – o da liberdade ou restrição da idéia. Porém não como algo que necessariamente se relaciona com uma experiência passada, já que a essa não temos mais acesso direto, como uma impressão presente e original, e sim como um *sentimento* de que se refere a uma experiência passada. Essa concepção do critério de liberdade de associação como um sentimento se dá semelhantemente ao modo como o primeiro critério é por fim descrito por Hume, ao descrever a crença em termos da força e vividez da idéia (T, p. 628-629 - Apêndice). Assim, não podemos garantir que aquela idéia se referia a uma experiência passada, mas, quando *sentimos* uma liberdade menor de associação de idéias, atribuímos a essa idéia um sentido de “*passado*”.

Kemp Smith¹⁴, no capítulo XI, sobre a memória, de seu livro *The Philosophy of David Hume*, reforça essa conclusão, ao comparar o problema da distinção entre memória e imaginação para Hume com o problema da crença na percepção dos sentidos, colocando-os no mesmo nível de dificuldade. Kemp Smith exprime essa dificuldade nos seguintes termos: “Mesmo admitindo que a ordem da memória seja apreendida como uma ordem que é determinada *para* nós e não *por* nós, como podemos saber que é uma ordem que repete o passado?”¹⁵ Como não podemos saber isso, estaria correto o raciocínio de Hume de que a questão de como reconhecemos as memórias não pode ser respondida por essa correspondência entre a idéia e o passado. Logo, “a distinção entre memória e imaginação deve ser feita *exclusivamente* em termos de diferenças que são *sensíveis*, (...) Uma diferença desse tipo é a diferença da força e

¹⁴ SMITH, N. Kemp *The Philosophy of David Hume: a Critical Study of its origins and central doctrines*, 1941, p. 229-236.

¹⁵ No original: “For even granting that the order of memory is apprehended as an order which is determined for and not by us, how are we to know that it is an order which repeats the past?” (Smith, N. K., 1941, p. 230, tradução e grifos meus.)

vividez das idéias envolvidas”¹⁶. Porém, para Kemp Smith, Hume poderia ter indicado, se ele tivesse respondido apropriadamente a algumas críticas de seus contemporâneos, que a diferença da força e vividez das idéias não é o que constitui propriamente a diferença entre idéias de memória e imaginação, mas sim é um sinal, uma marca, pela qual podemos *sensivelmente* distingui-las. E essa diferença deveria ter sido mais explicitamente descrita como uma diferença de atitude da mente, como Hume pareceu querer dizer ao solicitar a inclusão, na seção V, parte III, de uma passagem do apêndice, descrevendo o caso de duas pessoas, em que uma tenta fazer a outra lembrar de um acontecimento do qual participaram juntas (T, p. 627-628 - Apêndice). Essa *atitude da mente*, que pode ser um sentido de crença, ou de força e vividez, será discutida na seção seguinte. O que Kemp Smith quer argumentar é que Hume poderia ter dado ao problema da memória o mesmo tratamento que deu ao problema do ceticismo quanto aos sentidos. Ou seja, “acredita-se que aquilo que está sendo percebido está *lá fora no espaço* assim como ele existe agora”¹⁷. No caso da memória, se Hume tivesse voltado ao tema após essa seção sobre os sentidos, similarmente, poderia ter argumentado que “acredita-se que o que é lembrado está *lá atrás no tempo*, como aconteceu então”¹⁸. Assim, essa diferença sensível entre imaginação e memória é uma diferença que pode ser imediatamente experimentada assim como as nossas impressões, revelando uma proximidade grande entre percepção sensorial e memória. Da mesma forma que a Natureza é percebida por nós através de uma determinada ordem e seqüência das nossas impressões, ordem essa que não construímos como queremos, mas que nos é dada – ou que *sentimos* nos ser dada –, também a ordem das nossas experiências passadas é desvendada na ordem fixa e única em que elas podem ser recuperadas.¹⁹ E isso gera um *sentimento* de restrição na mente. Se isso não ocorre, ou seja, quando pretendemos lembrar de um acontecimento que cremos estar *lá atrás no tempo* e nos afastamos da forma original em que as idéias se apresentaram então na mente, isso se deve, diz

¹⁶ “... the distinction between memories and imagination must therefore be made exclusively in terms of differences which are *sensible*, (...) One such difference is, he had stated, the difference in the force and liveliness of the ideas involved.” (idem, tradução minha, grifo do autor.)

¹⁷ “This means that what is being perceived is believed to be *out there in space*, as it now exists; (idem, p. 235, tradução minha, grifo do autor).

¹⁸ “and similarly, in the case of memory that what is remembered is *back there in time*, as it then happened. (idem).

¹⁹ idem, p. 233-234

Hume, a um defeito da memória (T, I, I, III, p. 9). Porém se a falha não é percebida, a idéia passa como uma idéia de memória similar a qualquer outra lembrança.

Então, a partir das interpretações dos autores acima, concluo que, na maioria dos casos, incluindo o caso do mentiroso, a restrição da variação de uma idéia está relacionada à força e vividez dessa idéia; quanto maior a força e vividez, maior a restrição e vice-versa. Porém, para o próprio Hume, a expressão “força e vividez” tem mais de um sentido, e, dependendo do sentido, essa correspondência pode não ocorrer, conforme veremos na próxima seção.

Além disso, em alguns casos, como nas falsas memórias, o sentimento de restrição não garante a correspondência exata entre a idéia presente e a impressão original do passado.

Assim, apesar de parecer que Hume abandona o segundo critério, conforme vimos anteriormente, defendo que ele pode e deve ser preservado, não como algo absoluto, com referência a uma impressão passada, mas também como um sentimento. Para tal, é prudente seguir a interpretação de Johnson e abandonar a nossa concepção ordinária de memória. E, ainda, considerar a interpretação de Kemp Smith, de que a força e vividez não é o que intrinsecamente define uma idéia memória, mas é uma marca, um sinal ao qual somos sensíveis.

2.1.2 – Critério de força e vividez

Concluída a discussão sobre o critério da liberdade de associação das idéias, vamos analisar mais aprofundadamente o próximo critério, que atribui maior força e vividez às idéias de memória do que às da imaginação. Lembramos que esse critério é o mesmo usado para distinguir impressões de idéias e também na definição de crença.

Retomemos a interpretação de Kemp Smith de que Hume poderia ter indicado que a diferença da força e vividez das idéias não constitui propriamente a diferença entre idéias de memória e imaginação, mas sim é um sinal, pelo qual somos capazes sensivelmente de distingui-las. Podemos comparar essa interpretação com a de Waxman²⁰, para quem a discriminação entre idéias de memória e imaginação é sentida imediatamente por nós. Segundo Waxman, se não houvesse a consciência imediata dessa diferença pelo sujeito, não haveria como o cientista, ou neste caso o filósofo

²⁰ WAXMAN, Wayne. *Hume's theory of consciousness*. Cambridge University Press, 1994, p. 66. Para Waxman, “a distinção de estados de consciência tais como memória e imaginação através de procedimentos objetivos e rigorosos acaba sendo refém de testemunho subjetivo e da areia movediça da introspecção” o que traz enormes armadilhas e dificuldades para uma análise objetiva do psicológico.

naturalista, tentar estabelecer um critério experimental que identificasse a diferença entre esses tipos de idéias. Então, as idéias de memória e imaginação não se distinguem pelo conteúdo, e sim pela força e vividez com que se apresentam na mente, e essa diferença nos é dada imediatamente.

Para mostrar que a imaginação e a memória podem representar as mesmas idéias, em termos de seus conteúdos, Hume apresenta um exemplo, em que duas pessoas participam de um evento e, ao se encontrarem depois, uma se lembra do ocorrido e a outra não se lembra. Aquela que se lembra descreve para a outra o ocorrido e conta os detalhes na tentativa de fazê-la se lembrar. Para a pessoa que não se lembra, as idéias se apresentam na mente sem força ou vividez, sem sentimento de correspondência com uma realidade da qual tenha participado e, portanto, como idéias da imaginação. Em algum ponto da conversa, com a menção de algum detalhe ou até mesmo depois de mudar de assunto, aquela que não se lembrava do acontecimento passa a se lembrar e, de repente, as mesmas idéias passam a ser acompanhadas pelo sentimento de uma relação com o passado. O que mudou? As idéias são as mesmas, ou seja, a imaginação pode representar os mesmos objetos que a memória. O que muda é o *sentimento* que acompanha essas idéias (T, p. 627-628 – Apêndice).

Nesse exemplo, as idéias nessas duas mentes representarem os mesmos eventos e se referem a um passado. Apesar disso, a partir da concepção de Johnson, podemos dizer, nesse caso, que no primeiro momento, elas eram de memória para a primeira pessoa e de imaginação para a segunda, porque para esta não havia no presente a idéia de uma impressão (passada) que correspondesse à idéia da descrição do ocorrido, e então, as idéias descritas não tinham força e vividez. Ou seja, o fato de as idéias corresponderem a impressões passadas não garante que serão *sentidas* como idéias de memória. No segundo momento, passaram a ser idéias de memória para ambas as pessoas, passando a atender aos dois critérios, sem problemas.

Essa interpretação não contradiz o que Hume diz desse caso, pois este busca explicar a mudança que a segunda pessoa tem de uma idéia de imaginação para uma idéia de memória pelo *sentimento* que acompanha essa idéia em uma e outra situação. Se a distinção é feita basicamente pelo sentimento que acompanha a idéia e isso pode variar de uma pessoa para outra, a idéia de um mesmo evento pode ser de memória para uma pessoa e de imaginação para outra que viveu a mesma experiência ou, nos termos de Hume, teve as mesmas impressões que deram origem à idéia. E, ainda, a mesma

idéia pode ser de imaginação para uma pessoa e em outro momento passar a ser de memória para a mesma pessoa.

Esse *sentimento* Hume identifica com o critério de força e vividez²¹, mas o que se quer dizer com essas expressões *força e vividez*²²? Hume reconhece a dificuldade de definir as operações da mente com o vocabulário comum e reconhece ainda a ambigüidade dessas expressões:

Thus my general position, that an opinion or belief is *nothing but a strong and lively idea deriv'd from a present impression related to it*, may be liable to the following objection, by reason of a little ambiguity in those words *strong and lively*. (T I. III. VIII, p. 105 – grifo do autor)²³

Além disso, ele as utiliza como sinônimos (T I. III. VIII, p. 106 e T, p. 629 - Apêndice), porém atribui a essas palavras mais de um sentido, conforme descrito e exemplificado abaixo:

a) Em alguns trechos, descreve as idéias mais fortes e vívidas em termos de nitidez de cores e brilho da imagem ou idéia na mente e clareza dessa idéia, conforme os seguintes trechos, por exemplo:

'Tis evident at first sight, that the ideas of the memory are much more lively and strong than those of the imagination, and that the former faculty paints its objects in *more distinct colours*, than any which are employ'd by the latter (T I. I. III, p. 9 – grifo meu).²⁴

The more recent this memory is, the *clearer* is the idea; (T I. III. V, p. 85 – grifo meu)²⁵

(...) and [we] are at a loss to determine whether any image proceeds from the fancy or the memory, when it is not drawn in such *lively colours* as distinguish that latter faculty (*idem* – grifo meu).²⁶

²¹ Para Kemp Smith e Waxman, o sentimento que faz com que identifiquemos uma idéia de memória é uma diferença, um *feeling*, que pode ser imediatamente experimentado e não se reduz à força e vividez. Para K. Smith, a força e vividez é um sinal pelo qual podemos sensivelmente distinguir idéias de memória e não o que constitui propriamente a diferença; para Waxman, a força e vividez é um critério experimental que o cientista utiliza para identificar a diferença entre as idéias, depois que a diferença já foi identificada pelo sentimento imediato do sujeito da idéia. (Ver texto da página 41 a 44)

²² Ver nota número 3, capítulo 1.

²³ “Assim, minha posição geral, que *uma opinião ou crença não é senão uma idéia forte e vívida derivada de uma impressão presente a ela relacionada*, é passível da seguinte objeção, em razão de uma pequena ambigüidade nas palavras *forte e vívida*.” (TP I. III. VIII, §15)

²⁴ “É evidente, mesmo à primeira vista, que as idéias da memória são muito mais vivas e fortes que as da imaginação, e que a primeira faculdade pinta seus objetos em cores mais distintas que todas as que possam ser usadas pela última.” (TP I. I. III, §1)

²⁵ “Quanto mais recente essa memória, mais clara a idéia;” (TP I. III. V, § 5)

(...) so the judgment, or rather the imagination, by the like means, may have ideas so strongly imprinted on it, and conceive them in *so full a light*, that they may operate upon the mind in the same manner with those (...) (T I. III. IX, p. 117 – grifo meu)²⁷

b) Em outros trechos, descreve força e vividez como a capacidade de exercer influência sobre a mente e sobre as ações, o que é exemplificado pelos trechos abaixo:

They [pain and pleasure] may either appear in impression to the actual feeling, or only in idea, as at present when I mention them. 'Tis evident *the influence of these upon our actions* is far from being equal. Impressions always *actuate the soul*, and that in the highest degree; but it is not every idea which has the same effect. (T I. III. X, p. 118 – grifo meu)²⁸

Thou' an idle fiction has no efficacy, yet we find by experience, that the ideas of those objects, which we believe either are or will be existent, produce in a lesser degree the same effect with those impressions, which are immediately present to the senses and perception. The effect, then, of belief is to raise up a simple idea to an equality with our impressions, and bestow on it a like *influence on the passions*. This effect it can only have by making an idea approach an impression in force and vivacity. (...) Wherever we can make an idea approach the impressions in force and vivacity, it will likewise *imitate them in its influence on the mind*; and vice versa, where it imitates them in that influence, as in the present case, this must proceed from its approaching them in force and vivacity (T I. III. X, p. 119 – grifo meu).²⁹

This variety of terms [force, vivacity, solidity, firmness], which may seem so unphilosophical, is intended only to express that act of the mind, which renders realities more present to us than fictions, causes them to weigh more in the thought, and gives them a *superior influence* on the passions and imagination. (...) And in philosophy we can go no farther, than assert, that it is something *felt* by the mind, which distinguishes the ideas of the judgment from the fictions of the imagination. It gives them *more force and influence*; makes them appear of greater importance; infixes them in the mind; and

²⁶ “(...) e não sabemos como determinar se uma imagem procede da fantasia ou da memória, quando não está pintada com as cores vivas que distinguem esta última faculdade.” (*idem*).

²⁷ “assim também o juízo, ou antes a imaginação, por meios semelhantes, pode ter idéias impressas tão fortemente em si, e concebê-las com tal clareza, que essas idéias podem operar sobre a mente da mesma maneira que aquelas (...)” (TP I. III IX, § 19)

²⁸ “Podem [a dor e o prazer] se dar como impressões que se apresentam à sensação [*feeling*] e experiência real, ou simplesmente como idéias, como ocorre agora que os menciono. Ora, é evidente que a influência dessas impressões e dessas idéias sobre nossas ações está longe de ser igual. As impressões sempre ativam a mente no mais alto grau, mas nem toda idéia tem esse efeito.”(TP I. III. X, §2)

²⁹ “Embora ficções vãs não tenham nenhuma eficácia, a experiência nos mostra que as idéias dos objetos em cuja existência presente ou futura acreditamos produzem, em menor grau, o mesmo efeito que as impressões imediatamente presentes aos sentidos e à percepção. O efeito da crença, portanto, é alçar uma simples idéia a um nível de igualdade com nossas impressões, conferindo-lhe uma influência semelhante sobre as paixões. E ela só pode ter tal efeito fazendo a idéia se aproximar de uma impressão em sua força e vividez. (...) Sempre que pudermos fazer uma idéia se aproximar das impressões no que se refere à força e vividez, ela também as imitará em sua influência sobre a mente; e vice-versa, quando imita essa influência, como no caso presente, isso deve proceder de sua aproximação em força e vividez.”(TP I. III. X, §3)

renders them the *governing principles of all our actions* (T, p. 629 – Apêndice – grifos meus).³⁰

Quando utiliza essas expressões – força e vividez –, na maioria das vezes em conjunto, nem sempre Hume indica em qual sentido ele as está utilizando. A meu ver, entretanto, ele poderia ter nesses sentidos dois critérios diferentes ao invés de apenas um. Isso porque nem sempre que uma idéia é vívida e forte no primeiro sentido ela é vívida e forte no segundo sentido e vice-versa.

Para me referir separadamente a cada um dos sentidos usados por Hume para essa expressão, vou chamar o sentido descrito em “a” de *vividez* e o sentido descrito em “b” de *força*. Essa escolha foi feita baseada nos significados dessas palavras que, apesar de serem usadas como sinônimos em alguns casos, nem sempre o são. Vejamos os possíveis significados de cada uma dessas palavras³¹:

A palavra *força* pode ter os seguintes sentidos: violência; poder de produzir mudanças; influência intensa sobre a mente; poder usado para induzir alguém a fazer algo; robustez; vigor; intensidade; influência; impulso; estímulo; restrição; limitação; restrição da liberdade de atuação; compulsão; poder de convencer ou persuadir a razão ou o julgamento; e outros sentidos que não se aplicam a idéias. Além disso, tal como foi usada, por exemplo, por Newton, a palavra *força* pode também ter o sentido de uma influência operando sobre um corpo de tal forma a produzir alteração ou tendência a alteração do seu estado de repouso ou do seu movimento uniforme em uma linha reta.

A palavra *vividez* pode significar brilho; fulgor; atividade; energia; vigor; violência; veemência; qualidade de leveza, desembaraço ou rapidez que se imprime a uma ação ou reação; agilidade; arrebatamento; animação mental ou intelectual; acuidade ou vigor; rapidez de concepção ou percepção; força; vitalidade.

A palavra *vívido(a)* significa vivo, brilhante, luminoso, que tem cores vivas, expressivo, que produz ou é capaz de produzir quadros claros na mente; vigoroso; cheio

³⁰ “Essa variedade de termos [força, vividez, solidez, firmeza], que pode parecer tão pouco filosófica, busca apenas exprimir aquele ato mental que torna as realidades mais presentes a nós que as ficções e faz que tenham um peso maior no pensamento, bem como uma influência superior sobre as paixões e a imaginação. (...) E, na filosofia, não podemos ir além da afirmação de que a crença é algo *sentido* pela mente, que permite distinguir as idéias do juízo das ficções da imaginação. A crença dá a essas idéias mais força e influência; faz que pareçam mais importantes, fixa-as na mente; e as torna os princípios reguladores de todas as nossas ações.”(TP, Apêndice, § 12)

³¹ Significados extraídos dos seguintes dicionários: *Oxford English Dictionary*; *Longman Dictionary of Contemporary English*; *Longmann Lexicon of Contemporary English*; *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*; *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*.

de vida, cheio de energia; forte, intenso; capaz de criação imediata e clara de idéias e concepções; percebido clara e distintamente.³²

Então, apesar de poderem ser usados como sinônimos em alguns casos, podemos afirmar que as palavras ‘*vívido*’ e ‘*vividez*’ estão mais relacionadas ao sentido de clareza e nitidez da imagem ou idéia na mente, enquanto a palavra ‘*força*’ está mais relacionada ao sentido de impulso e influência da idéia sobre a mente, restrição e compulsão. Assim, o sentido de *força e vividez* descrito em (a) poderia ser apenas *vividez*, e o descrito em (b) apenas *força*.

Justificada a escolha de um sentido para cada uma das palavras que formam a expressão, vejamos alguns exemplos em que esses sentidos de força e vividez se encontram e se desencontram³³:

Uma lembrança pode ser obscura, confusa, como por exemplo no caso de um sonho vagamente lembrado, ou seja, pode não atender ao critério no sentido (a) e mesmo assim ser *sentida* como uma memória real, legítima, ou seja, atender ao critério em seu sentido (b). Ou seja, ser forte, porém não ser vívida.

Uma pessoa pode imaginar (fantasiar) que há fogo na casa. Se ela não é acometida por nenhum comportamento obsessivo compulsivo, essa idéia não irá influenciar sua ação do mesmo modo do exemplo anterior. Essa idéia normalmente não é nem forte e nem vívida, podendo até ser vívida, caso a pessoa tenha uma capacidade imaginativa muito grande.

Há o caso em que uma idéia é forte e também vívida, quando, por exemplo, uma pessoa se lembra de um incêndio em um local em que ela estava presente e tem a idéia clara e nítida do ocorrido e ainda a força impulsionadora dessa idéia sobre suas paixões e suas ações. Ela passa, por exemplo, a ter outro comportamento perante a possibilidade de um incêndio.

Podemos imaginar e descrever com detalhes mínimos uma cena inventada de uma batalha sangrenta, por exemplo, e levar outra pessoa a perceber com clareza essa cena, mesmo sabendo que é inventada. Mas, normalmente, nem quem descreve nem quem recebe a descrição vai agir como se estivesse ocorrendo uma batalha no ambiente. Ou seja, a idéia é vívida, mas não é forte, tanto para quem relata quanto para quem escuta.

³² Não há diferenças significativas dos termos entre a língua inglesa e portuguesa.

³³ Nessa seção, deste ponto em diante, as palavras *vividez* e *força*, assim como suas derivadas, devem ser entendidas no sentido restrito dados por “a” e “b” respectivamente.

Podemos ainda lembrar a mesma cena, caso ela seja uma idéia de memória, e também descrevê-la com detalhes. Para quem lembra, a idéia é diferente do caso anterior, ou seja, é mais forte, enquanto para a outra pessoa, que não viveu o evento, a idéia deveria ter apenas a mesma vividez (clareza) da idéia imaginada, sem a força. A idéia só será mais forte caso haja credulidade e confiança no relato do interlocutor, por parte do ouvinte. A diferença desse exemplo com relação ao anterior é que, no anterior, há o relato detalhado de uma idéia que ambos sabem ser inventada. Assim a idéia tem clareza (é vívida), mas não é forte (não leva a um impulso de ação, não tem influência sobre a mente a ponto de levar a uma ação), para ambos os interlocutores. Neste caso, em que o relato é feito a partir de uma memória de quem conta a história, também há clareza (imagens detalhadas e com cores, ou seja, vividez) e, para quem relata, tem força. Para quem escuta, depende da credulidade e confiança que tem no interlocutor.

Podemos ter a vaga memória (idéia não vívida) do caminho que leva a um local e ainda assim agir sob a influência dessa idéia, ou seja, seguir esse caminho (influência sobre as ações).

Se há esses dois sentidos e um não implica necessariamente o outro, por que não separá-los e considerá-los como critérios distintos e complementares?

Hume chega a sugerir essa distinção entre força e vividez ao usar no Apêndice essas expressões separadamente, e aparentemente com sentidos diferentes. Nesse caso, ele está discutindo como se apresentam as idéias de imaginação de um artista quanto à força e vividez:

We may observe the same effect of poetry in a lesser degree; and this is common both to poetry and madness, that the *vivacity* they bestow on the ideas is not deriv'd from the particular situations or connexions of the objects of these ideas, but from the present temper and disposition of the person. (...) Where the *vivacity* arises from a customary conjunction with a present impression; tho' the imagination may not, in appearance, be so much mov'd; yet there is always something more *forcible* and real in its actions, than in the fervors of poetry and eloquence. The *force* of our mental actions in this case, no more than in any other, is not to be measured by the apparent agitation of the mind. A poetical description may have a more sensible effect on the fancy, (...) It may seem to set the object before us in more *lively colours*. But still the ideas it presents are different to the *feeling* (grifo do autor) from those, which arise from memory and the judgment. There is something *weak* and imperfect amidst all that seeming vehemence of thought and sentiment, which attends the fictions of poetry. (T, Apêndice, p. 630-631 - os demais grifos são meus)³⁴

³⁴ “Observemos que a poesia possui esse mesmo efeito, em grau menor. A poesia e a loucura têm em comum o fato de que a vividez que conferem às idéias não é derivada das situações ou conexões particulares dos objetos dessas idéias, mas do humor e disposição da pessoa naquele momento. (...) Quando a vividez surge de uma conjunção habitual com uma impressão presente, mesmo que aparentemente a imaginação possa não ser tão afetada, há sempre algo mais imperativo e real em suas ações que no calor da poesia e da eloquência. A força de nossas ações mentais não deve, neste caso como

Esse caso seria o mais típico exemplo em que o sentimento que acompanha uma idéia pode ser vívido, chegar até o ponto de despertar emoções, porém não influenciaria diretamente as ações. Porém, Hume não desenvolve mais aprofundadamente essa distinção e nem fica tão explícita a sua percepção dessas diferenças se compararmos essa afirmação com aquelas em que usa essas palavras como sendo sinônimas e ao mesmo tempo ambíguas (T I. III. VIII, p. 106; T, Apêndice, p. 629).³⁵

2.1.3. Conseqüência da distinção entre força e vividez

Considerando os vários tipos de idéias de imaginação e de memória, em seus diversos graus de força, vividez e liberdade de associação, vamos apresentar uma comparação dos casos de tipos de idéias, conforme descritos por Hume, considerando o critério de força e vividez como um único critério, e, depois, considerando os sentidos de força e vividez como critérios distintos.

Com força e vividez formando um único critério, as idéias tênues de memória e as de imaginação originadas de inferências causais apresentam-se de maneira contrária ao que é sugerido pela definição básica de idéias de memória e de imaginação. Ou seja, são idéias de memória com baixo grau de força e vividez e com alguma liberdade de associação (quando estamos na dúvida, podemos conceber algumas possibilidades de eventos passados), enquanto as idéias de imaginação têm força e vividez e baixo grau de liberdade de associação. Sendo assim, o que caracteriza os vários tipos de idéias de imaginação que as une em uma categoria de idéias, já que elas podem ou não ter força e vividez e podem ter alto ou baixo grau de liberdade de associação? Uma resposta possível é que Hume não se referia à imaginação como faculdade responsável pelos raciocínios indutivos quando ele caracteriza a imaginação como a faculdade pela qual formamos as nossas idéias mais fracas e com maior liberdade. Nesse caso, ele se referia à imaginação em seu outro sentido, que se caracteriza pelas idéias fracas formadas por associações segundo princípios irregulares, e que seriam opostas às idéias de memória.

em nenhum outro, ser medida pela agitação aparente da mente. Uma descrição poética pode ter um efeito mais sensível sobre a fantasia (...) Pode parecer dispor diante de nós o objeto em cores mais vivas. Mas ainda assim, as idéias que apresenta são *sentidas* de maneira diferente que aquelas que surgem da memória e do juízo. Há algo fraco e imperfeito em meio a toda a aparente veemência de pensamento e sentimento que acompanha as ficções da poesia.”(TP, Apêndice, § 14)

³⁵ Considerando força e vividez como características distintas, conforme descrito nessa seção, e tomando esse exemplo de Hume sobre a poesia e a loucura, podemos levantar uma hipótese, que poderá ser desenvolvida futuramente. A de que a força, no sentido de impulso para ação, seria relacionada ao critério de liberdade de associação. Aliás, um dos sentidos de força é restrição, limitação. Ou seja, quando uma idéia apresenta força, nesse sentido restrito, ela tem também uma menor liberdade de variação. E a vividez, no sentido de clareza, brilho e fulgor das imagens seria um critério distinto.

Quando consideramos outros casos de idéias de imaginação, e também alguns casos de memória, como a memória tênue, vemos que esses critérios não se aplicam tal como proposto na distinção inicial entre idéias da memória e da imaginação. Considerando que Hume não propõe uma separação total e definitiva entre imaginação e memória, podemos entender esses critérios como linhas gerais para análise das idéias e não tanto como regras que devem ser seguidas de maneira absoluta e que funcionarão em todos os casos.

As idéias de imaginação que caracterizam as *falsas memórias*, como no caso do mentiroso, são acompanhadas pelo sentimento de força e vividez, e, apesar de, para um observador externo, não serem apoiadas em uma *experiência legítima*, funcionam para o sujeito da mesma forma que as idéias de memória ou as advindas dos raciocínios indutivos. Nesse caso, esses critérios não funcionam apropriadamente, a não ser que adotemos a interpretação de Johnson e abandonemos a exigência de que uma idéia de memória deve, necessariamente, corresponder a um fato passado.

As ficções da fantasia deliberadamente criadas, em geral, apresentam baixo grau de força e vividez e alto grau de liberdade de associação, correspondendo diretamente ao sentido de imaginação ao qual se refere Hume nas primeiras páginas do *Tratado* quando distingue memória de imaginação e para as quais esses critérios funcionam apropriadamente. Uma exceção seria o caso das idéias de imaginação do artista, em que o profissional usa técnicas para dar força e vividez a idéias geradas a partir de associações livres. Segundo Hume, o artista mistura ficção com realidade para que a força e vividez desta seja transferida, parcialmente, para o todo da obra. Nesse caso, temos uma idéia de imaginação, no sentido mais amplo e conforme às descrições iniciais do texto, forte e vívida, o que contraria as distinções inicialmente apresentadas entre as idéias de imaginação e as de memória.

Considerando, por outro lado, a força e a vividez como dois critérios distintos, temos as idéias de memória, mas não apenas elas, sempre atendendo ao critério de força, já que, mesmo que não sejam vívidas ou claras, elas influenciam a mente de tal forma que esta não é capaz de desfazê-las completamente com uma reflexão.

As idéias de memória nítida continuam atendendo aos critérios da mesma forma que as impressões dos sentidos, quer se considere o primeiro critério como único, quer se o separe em dois. E a diferença entre elas (isto é, entre essas idéias e as impressões) realmente é apenas de graduação, sendo a impressão dos sentidos mais forte e nítida do que as idéias de memória (aliás, do que qualquer idéia) e com menor grau de liberdade

de variação. As idéias de memória nítida são aquelas que mais se aproximam das impressões dos sentidos e em muitas ocasiões Hume utiliza a expressão “impressões da memória” ao invés de “idéias da memória” ou ainda utiliza juntos os termos *memória* e *sentidos*, ao descrever um processo da mente, em que ambos podem exercer função semelhante:

When we infer effects from causes, we must establish the existence of these causes; which we have only two ways of doing, either by an immediate *perception of our memory or senses*, or by an inference from other causes; ... (T I. III. IV, p. 82-83 – grifo meu)³⁶

... 'tis impossible for us to carry on our inferences in *infinitum*; and the only thing, that can stop them is an *impression of the memory or senses*, ... (T I. III. IV, p. 83 – grifo meu)³⁷

...when of two objects connected together by any of these relations, one is immediately present to the *memory or senses*, ... (T I. III. IX, p. 107 – grifo meu)³⁸

... but every loose fiction or Idea, having the same influence as the *impressions of the memory*, ... (T I. III. X, p. 123 – grifo meu)³⁹

... after revolving over the *impressions of my memory and senses*... (T I. IV. I, p. 184 – grifo meu)⁴⁰

... and as this propensity arises from some lively *impressions of the memory* ... (T I. IV. II, p. 209 – grifo meu)⁴¹

In the last place this propension causes belief by means of the present *impressions of the memory* (*idem* – grifo meu)⁴²

Considerando os sentidos restritos de força e vividez apresentados na seção anterior, no caso da idéia de imaginação do artista, ela não é forte e vívida como a idéia

³⁶ “Quando inferimos efeitos de causas, devemos estabelecer a existência dessas causas. E só temos dois meios de fazê-lo: por uma percepção imediata de nossa memória ou nossos sentidos, ou por uma inferência a partir de outras causas.” (TP I. III. IV, § 1)

³⁷ “É impossível prosseguir com nossas inferências ao infinito; e a única coisa capaz de as deter é uma impressão da memória ou dos sentidos,...” (*idem*)

³⁸ “...quando dois objetos estão conectados por uma dessas relações, e um deles está imediatamente presente à memória ou aos sentidos, ...” (TP I. III. IX, § 2)

³⁹ “Toda vã ficção ou idéia, tendo a mesma influência que as impressões da memória ...”(TP I. III. X, § 9)

⁴⁰ “... após repassar as impressões de minha memória e meus sentidos ...” (TP I. IV. I, § 9)

⁴¹ “... e como essa propensão deriva de certas impressões vividas da memória ... (TP I. IV. II, § 42)

⁴² “Em último lugar, essa inclinação causa a crença por meio das impressões presentes da memória” (TP I. IV. II, § 43)

de memória; ela é apenas vívida, e pode ser até mais vívida do que uma idéia de memória, porém não é forte, e o sentimento de crença que pode acompanhá-la é facilmente desfeito por uma simples reflexão (T I. III. X, p.123). Uma pessoa pode sentir as emoções ao assistir a um filme, uma peça ou ler um livro de ficção, mas não vai agir como se aquilo fosse descrição de um acontecimento passado “real”.

Ao se referir então às idéias da poesia, Hume as descreve com tendo um alto grau de vividez, no sentido de cores fortes, imagens claras, porém sem aquela força que acompanha os atos mentais da memória e aqueles advindos dos princípios estáveis da imaginação, com os quais formamos julgamentos sobre o mundo através das inferências causais. Esse é um caso em que considerando força e vividez como características diferentes podemos explicar como sabemos que não se trata de uma memória, apesar de ser vívida, o que não podemos fazer se as considerarmos conjuntamente.

No caso de idéias de imaginação no sentido de ficção e devaneio, como não há força e vividez em nenhum dos sentidos, não há diferença se consideramos esse critério como um só ou como dois critérios distintos.

No caso da loucura ou insensatez, Hume diz que a imaginação sofre uma perturbação das suas faculdades, tornando a pessoa incapaz de distinguir verdade e falsidade. Nesse caso, as idéias, baseadas ou não em impressões, passam a ter, indistintamente, força e vividez. Ou seja, idéias de imaginação exercem sobre as paixões e sobre a ação a mesma influência que idéias de memória ou até mesmo as próprias impressões dos sentidos. (T I. III. X, p. 123). Nesse caso, qualquer critério que dependa da sensação da própria pessoa para distinguir tipos de idéias se torna inútil.

As idéias de conexão necessária entre dois objetos ou eventos, que se apresentam constantemente em conjunção, são formadas pelo costume operando sobre a imaginação. Induzimos que os objetos ou eventos são conectados a partir da repetição que observamos de um junto com o outro, conforme vimos no capítulo 1. Podemos dizer que essas idéias apresentam força, no sentido em que nossas ações são influenciadas por essas idéias. Mas não podemos observar, em imagens brilhantes, ou com cores mais distintas e vivas essa idéia de conexão necessária. Ou seja, não observamos nos objetos nada que mostre claramente que um está necessariamente conectado ao outro, porque a origem dessa idéia não está nos objetos, mas em uma impressão de reflexão.

Então, a idéia de conexão necessária tem força, porém não tem vividez, se as consideramos separadamente, enquanto as idéias do artista têm vividez, mas não têm força. A crença, portanto, que temos nessas idéias não são do mesmo tipo.

As idéias do mentiroso que acredita na própria mentira, já discutidas, podem ser consideradas idéias de memória, sem necessidade de correspondência com o passado, e são, para ele, fortes e vívidas como as idéias de memória de uma pessoa qualquer. Se, como defende K. Smith e Waxman, o critério de força e vividez só pode ser aplicado pelo filósofo após a identificação introspectiva do mentiroso de que aquela idéia é de memória, o filósofo terá que atribuir força e vividez a essa idéia, a não ser que ele tenha alguma outra forma, que não dependa do interlocutor, de saber que aquela idéia não deriva de uma impressão. Mas a idéia sendo forte e vívida para o mentiroso, para este, a idéia será sentida como sendo de memória.

Pelo que vimos até aqui, não é a menor força e vividez das idéias que caracteriza de maneira decisiva a imaginação, pois há idéias formadas pela imaginação que são apenas fortes, apenas vívidas ou ainda, simultaneamente, fortes e vívidas.

Apesar disso, considero que esses critérios podem ser considerados úteis para distinguir no modelo de Hume memória de imaginação, com a condição que não devemos tentar com eles fazer uma distinção completa entre essas idéias, lembrando das diferenças graduadas, pois não há para Hume uma linha divisória separando definitivamente memória e imaginação, e lembrando que *imaginação* tem mais de um sentido.

Além disso, se considerarmos os critérios de força e vividez como características distintas e analisarmos os tipos de idéias a partir dessa distinção, podemos encontrar algumas respostas interessantes para a caracterização das idéias de imaginação. E ainda, não devemos ter a pretensão de certeza quanto à correspondência de uma idéia presente a uma impressão passada, podendo, portanto, usar o critério de liberdade de associação considerando-o como um *sentimento*.

3 – A memória fundada na imaginação

Hume afirma na nota da página 117, já amplamente discutida (páginas 9ss), que, em um de seus sentidos, a imaginação se opõe à memória; porém, na conclusão do Livro I, ele afirma que a memória, assim como os sentidos e o entendimento, é fundada na imaginação:

The memory, senses, and understanding are, therefore, all of them founded on the imagination, or the vivacity of our ideas. (T I. IV. VII, p. 265)⁴³

Vou, nessa seção, apresentar algumas interpretações e análises que justifiquem essa afirmativa de Hume.

Pela descrição de Hume, a memória não faz associação de idéias, apenas repete, de acordo com a sua capacidade de lembrar, as impressões passadas, sem dissociá-las para depois associá-las, o que seria um funcionamento característico mais geral da imaginação. Portanto, qual o funcionamento da imaginação que estaria operando quando temos idéias de memória?

Uma resposta é dada por Waxman⁴⁴, segundo o qual, Hume atribui à imaginação, e não à memória, o poder de avivar as idéias. Então, a vividez que acompanha as idéias de memória seria derivada da imaginação. Poderíamos concordar com Waxman, já que, no final dessa passagem acima, Hume usa a expressão “fundados na imaginação, ou vividez de nossas idéias”, como se imaginação e vividez, nesse ponto, fossem a mesma coisa. Além disso, nesse mesmo parágrafo, um pouco antes, ele afirma que a experiência e o hábito, atuando sobre a imaginação, levam a mente a avivar algumas idéias mais do que outras e, sem essa qualidade, não poderíamos assentir a nada que estivesse além dos objetos imediatamente presentes aos sentidos. Ou seja, não poderíamos crer na existência independente dos objetos, não formaríamos a idéia de “Eu”, e as imagens vívidas apresentadas pela memória não poderiam ser aceitas como cópias de impressões passadas (T I. IV. VII, p. 265).

Ora, se a imaginação passa a ser, na conclusão do livro, a faculdade capaz de avivar idéias, é necessário reconsiderar as várias abordagens por que passa a mesma do início do *Tratado* até final do Livro I, pois inicia como a faculdade que gera idéias com menor força e vividez e termina como a faculdade que, junto com o hábito, torna algumas idéias mais vívidas que outras.

Ainda segundo Waxman, para se dizer que a memória está fundada na imaginação, precisamos identificar de quais qualidades associativas desta faculdade (semelhança, contigüidade e causa e efeito) aquela depende. Segundo ele, a memória depende da semelhança, já que uma idéia de memória considerada real supostamente se assemelha a uma impressão passada. Quanto à influência da relação de causa e efeito na

⁴³ “A memória, os sentidos e o entendimento são todos, portanto, fundados na imaginação, ou vividez de nossas idéias.” (TP I. IV. VII, § 3)

⁴⁴ WAXMAN, Wayne. *Hume's theory of consciousness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 70-73

formação de idéias de memória, Waxman argumenta que é tão evidente quanto a influência da semelhança: uma idéia de memória não só se assemelha a uma impressão passada, mas deriva da mesma, e logo depende dela. Afirma também que a contigüidade temporal não é algo imediatamente discernível, mas é uma relação de idéias. Podemos entender essa afirmativa de Waxman da seguinte forma: se compararmos duas idéias consideradas isoladamente, nada nelas mesmas nos dirá se são contíguas ou não, e menos ainda se a impressão que as gerou ocorreu há pouco tempo ou muito tempo. Isso significa que é preciso que a imaginação seja capaz de arranjar idéias vívidas de memória de forma a atribuir uma ordem entre elas, que não é diretamente percebida na idéia em si. Por exemplo, as idéias de memória de dois eventos idênticos, um ocorrido há um tempo atrás e outro ocorrido anteriormente a este, são associadas de maneira diferente. Apenas a variação na força e vividez relativa dessas idéias nos dá a idéia dessa ordem temporal entre elas. Nesse caso, a imaginação é capaz de avivar as idéias de memória em diferentes graus, dependendo da proximidade temporal com o presente, ou seja, quanto mais intimamente relacionada a uma impressão por contigüidade, mais a idéia compartilha sua vividez. Hume afirma, na seção V, parte III, que “quanto mais recente essa memória, mais clara a idéia”. Por isso, ainda segundo Waxman, na maioria das vezes, quando não há falha ou defeito na memória, somos capazes de ter uma ordem temporal das lembranças e atribuir uma seqüência às várias idéias de memória. É a imaginação que faz com que uma idéia de memória de vinte anos atrás seja sentida de modo diferente de uma de cinco minutos atrás, em proporção à sua proximidade com uma impressão presente.

Além dessa interpretação de Waxman, para justificar a afirmação de Hume de que a memória, assim como os sentidos e o entendimento, está fundada na imaginação, podemos também analisar as considerações de Hume anteriores a esta. Na seção imediatamente anterior (seção VI, *Da identidade pessoal*), Hume trata da identidade pessoal e de como é a operação da imaginação e da memória na produção dessa idéia. Neste caso, podemos dizer que a memória está fundada na imaginação porque, sem a idéia de uma identidade pessoal – a qual é fundada em princípios irregulares de associação das idéias pela imaginação, conforme vimos no capítulo anterior –, não haveria memória como a concebemos. Ou seja, não conseguiríamos relacionar percepções que são descontínuas no tempo a um feixe que denominamos “Eu” e atribuir um tempo passado a algumas delas, sentindo-as de uma forma diferente em sua vividez, porém como pertencentes ao mesmo feixe de percepções. A idéia de identidade pessoal

faz com que, quando temos uma idéia de memória na mente, não pensemos que essa idéia foi decorrente da impressão de um outro feixe de percepções, e sim do feixe que identifica o “Eu”.

Logo, a identidade pessoal seria um exemplo de caso em que a memória está fundada na imaginação. Por outro lado, segundo Hume, a memória também contribuiria para a produção da identidade pessoal, ao proporcionar a relação de semelhança entre as percepções, e nos fazer conhecer a continuidade da sucessão de percepções (T I. VI. IV, p. 259ss). A faculdade da memória é o que nos faz unir uma impressão presente a uma idéia advinda de outra impressão, passada e semelhante àquela. Sem a memória, só teríamos as nossas impressões presentes, isoladamente, não teríamos o *feixe de percepções* que forma a identidade pessoal. Se a memória fosse considerada como integralmente responsável pela produção da identidade pessoal, e, por outro lado, se sem a noção de identidade pessoal não pudéssemos conceber idéias de memória, estaríamos num círculo vicioso. Mas, afirma Hume, “uma vez adquirida da memória essa noção de causalidade, podemos estender a mesma cadeia de causas, e conseqüentemente a identidade de nossas pessoas, para além de nossa memória. (...) Desse ponto de vista, a memória não tanto *produz*, mas *revela* a identidade pessoal, ao nos mostrar a relação de causa e efeito existente entre nossas diferentes percepções” (T I. IV. VI, p 261-262), que são unidas pela imaginação formando a idéia de “Eu” (T, I. IV. VI, p. 259-263). Assim, Hume escapa do círculo de afirmar que a memória depende da identidade pessoal ao mesmo tempo em que a produz.⁴⁵

Então, essa explicação sobre a dependência da memória em relação à identidade pessoal é mais uma justificativa para a afirmação de Hume de que a memória está fundada na imaginação, além da interpretação de Waxman.

E qual é a diferença entre essa imaginação como fundamento da memória e os demais funcionamentos da imaginação: ficção, raciocínios prováveis, associações por princípios não regulares, razão demonstrativa? Mais uma vez, é a força e vividez das idéias da memória, enquanto fundada na imaginação, com relação a essas outras formas de funcionamento da imaginação, porém não de uma forma absoluta, mas permitindo que, em alguns casos, algumas destas tenham tanta força e vividez quanto aquela.

⁴⁵ Reconhecendo a problemática da identidade pessoal no Tratado, não pretendo aprofundar nesse tema aqui; apenas me refiro à teoria da identidade pessoal como um caso da relação entre memória e imaginação.

Além disso, devemos ter em mente que memória se opõe a um sentido de imaginação, que é o sentido pelo qual formamos as idéias sem força e vividez, ou seja, as idéias que não se originam de impressões, enquanto as idéias de memória são cópias destas. E, por outro lado, aparentemente paradoxal, é a imaginação, no sentido da faculdade capaz de avivar idéias em diferentes graus, que dá vividez às idéias de memória.